

Governo passa a comprar livro com papel certificado

Decreto do governo institui que compras com tiragem acima de 200 mil unidades do Programa Nacional do Livro Didático sejam feitas com papel certificado. Para o setor, a medida valoriza empresas que trabalham com conceitos de sustentabilidade

Por Marina Faleiros e Thaís Mattos

O papel brasileiro produzido a partir de florestas plantadas e renováveis ganhou um importante aliado no início de 2010: a iniciativa pública. De acordo com um decreto presidencial assinado em janeiro, compras com tiragem acima de 200 mil unidades das novas edições dos livros distribuídos aos alunos da rede pública pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), deverão ser impressas em papel certificado. “O Brasil precisa incrementar e fortalecer o mercado interno de papéis, e esse é, sem dúvida, um passo importante para o setor”, aponta Elizabeth de Carvalhas, presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

José Carlos Wanderley Dias de Freitas, diretor de Administração e Tecnologia do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que controla o PNLD, conta que a intenção do projeto é criar uma premissa para que a produção de materiais gráficos tenha um conceito de sustentabilidade em relação ao meio ambiente. “Como o MEC é um dos maiores compradores de papel do Brasil, com mais de 100 milhões de livros por ano, as medidas que toma têm efeito multiplicador, o que é muito importante quando se trata de meio ambiente”, conta Freitas.

A especificação, publicada em 5

de fevereiro, se aplica ao papel não revestido, manufaturado com fibras celulósicas branqueadas, extraídas normalmente da madeira por processo químico. Conforme o texto da regulamentação, o certificado poderá ser emitido em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente, como o do Forest Stewardship Council (FSC), do Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor) e o Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC).

A exigência será feita em contratos com tiragem maior que 200 mil unidades de livros, revistas e similares. “Neste primeiro momento, estabelecemos uma tiragem mínima para que o mercado se adapte, mas no futuro isso pode ser ampliado”, diz Freitas. O não cumprimento implica multa de 10% sobre o valor do contrato, que poderá ser descontado do pagamento devido à empresa contratada. “O MEC é protagonista em muitas questões que envolvem o papel, especialmente pelo seu volume de compras”, diz o diretor.

Elizabeth ainda explica que, em alguns países, a certificação já é pré-requisito para compras governamentais na escolha de um produto a ser importado e, inclusive, para o setor privado, que também precisa atender a demandas de consumidores mais conscientes e exigentes. “Atualmente, o consumo de papéis no Brasil é bem

inferior ao da média mundial, e o País precisa incrementar e fortalecer o mercado interno de papéis”, diz. Para ela, esse avanço demonstra, sem dúvida, que a indústria brasileira de celulose e papel está empenhada em promover um crescimento sustentável.

Segundo a presidente executiva da Bracelpa, as certificações refletem o compromisso do setor com a sustentabilidade, pois asseguram a preservação da floresta e a manutenção da biodiversidade, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades florestais.

SETOR PRIVADO SEGUE O MESMO CAMINHO

De acordo com a Bracelpa, o mercado brasileiro de papel certificado tem plenas condições de atender ao decreto. “Mais de 90% das empresas que atuam no segmento dos papéis de imprimir e escrever já têm certificação. Esta regulamentação será importante para uma autoavaliação quanto a identificação, mensuração e projeção de demandas futuras de papéis certificados”, diz Elizabeth.

Por enquanto, as compras de papel certificado valem para os livros do PNLD, mas existe a perspectiva de que esse tipo de exigência se estenda para outras esferas do governo. “É o que a indústria almeja não apenas pelos possíveis resultados financeiros, mas pela

criação de um mercado mais fortalecido do ponto de vista da sustentabilidade”, diz a executiva.

O setor privado já tem caminhado na mesma direção. O banco Itaú Unibanco, por exemplo, conquistou a certificação FSC, o que garante que sua gráfica só trabalha com fornecedores ecologicamente sustentáveis. A Editora Globo também anunciou em fevereiro que obteve a mesma certificação, ou seja, que o papel usado na impressão das publicações da marca também cumpre os mesmos requisitos.

“A demanda por papéis certificados tem crescido cada vez mais no setor privado, algo que consideramos muito positivo”, afirma Elizabeth. Para a executiva, isso certamente reflete uma evolução na compreensão do conceito de sustentabilidade e, também, no entendimento dos processos do setor de celulose e papel no Brasil. “As empresas começaram a entender que a indústria produz papéis a partir de matérias-primas que se originam exclusivamente de florestas plantadas e que o selo de certificação atesta a fabricação do produto sob

normas estritas de sustentabilidade.”

Se existe algum temor sobre o encarecimento dos papéis devido ao processo de certificação, Elizabeth salienta que isso não acontece: “A certificação não implica custos adicionais para o consumidor, gráficas ou editoras”, garante. O setor de celulose e papel possui a maior área de florestas certificadas entre os setores de base florestal do Brasil, com um total de 2,7 milhões de hectares (incluindo florestas nativas).



Setor mantém diálogo com o governo

Acompanhar de perto o que acontece na esfera governamental em relação à compra de papel é importante para a Bracelpa. “Vários projetos de lei relacionados tramitam no Congresso, e a Bracelpa acompanha os processos de debate e votação, no sentido de oferecer informações aos parlamentares sobre o setor e a efetividade de cada medida, entre outras questões”, conta Elizabeth de Carvalhaes.

Alguns desses projetos, por exemplo, tratam do uso de papel reciclado em órgãos públicos, com o objetivo de promover um produto ambientalmente correto e de desenvolver iniciativas na área de sustentabilidade na área governamental. Em todas as oportunidades, afirma Elizabeth, a Bracelpa buscou esclarecer aos parlamentares que ambos os papéis – reciclado e de fibras virgens – são opções sustentáveis, reforçando a importância da certificação de origem dos papéis, ou seja, das florestas plantadas.

A oportunidade de apresentar um projeto relacionado à compra de papel certificado do governo surgiu em meio à crise financeira internacional. Nesse período, o setor negociava com diversas instituições – como o Ministério da Fazenda, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) – apoio para enfrentar o período, uma vez que esta indústria sofreu forte impacto com redução de demandas, queda de preços e valorização do câmbio. “Entre as prioridades apresentadas nas negociações com o governo federal, o aumento no consumo de papéis se mostrou uma oportunidade factível, uma vez que o mercado interno dava sinais de que tinha condições de prosperar mesmo naquele período adverso”, diz a executiva.

Nesse sentido, a Bracelpa sugeriu duas iniciativas relacionadas ao PNLD: aumentar o número de livros distribuídos aos alunos da rede pública e incluir a distribuição de cadernos no programa. “Os representantes do poder público consideraram a medida legítima por seu caráter social e pelo fato de valorizar a competitividade do produto nacional.” As negociações, especialmente sobre a distribuição de cadernos, continuam. Nas estimativas da Bracelpa, 48 milhões de estudantes poderão ser beneficiados.

Foi nesse contexto que o presidente da República assinou o decreto sobre o uso de papel certificado nos livros do PNLD. “Para dar consistência ao pleito do setor de incentivo ao aumento do consumo de papel, a Bracelpa e as empresas produtoras de papéis de imprimir e escrever compilaram em um documento informações sobre a atual situação da certificação da cadeia de custódia do livro”, conta Elizabeth. De posse desses dados, o governo elaborou a nova regulamentação para os didáticos distribuídos pelo PNLD, ou seja, de que todo papel utilizado na produção dessas publicações tenha origem em florestas plantadas e certificadas.